

# Senado começa a votar amanhã os empréstimos aos Estados

BRASÍLIA (O GLOBO) — No plenário do Senado será travada, a partir de amanhã, uma verdadeira batalha entre senadores do PDS e das oposições. Nesse dia, o partido do Governo começa seu esforço concentrado para aprovar empréstimos aos Estados e municípios, que foram incluídos na pauta extraordinária do Congresso pelo presidente Figueiredo. Mas enfrentará horas e horas de manobras regimentais, que serão utilizadas pelos oposicionistas para impedir as votações.

Essa luta será extremamente cansativa para ambos os lados: prevê-se um mínimo de quatro horas para cada um dos 38 projetos que já estão prontos para serem votados. O líder do PDS, Nilo Coelho, garante a presença de seus 36 senadores, só o senador Luiz Cavalcanti não estará presente, por ter pedido licença de 30 dias — durante o tempo que for necessário para as votações.

Por seu lado, os representantes do PP e do PMDB prometem também um comparecimento maciço para prosseguir com a tática obstrucionista, levantando questões de ordem, encaminhando projetos, pedindo verificação de quorum (é necessário a presença de 34 senadores para votação de cada projeto).

A obstrução feita pelas oposições tem conseguido êxito. Durante todo o ano, poucos projetos foram aprovados no Senado. A adoção dessa tática começou em fins de março, quando os partidos de oposição decidiram utilizá-la para pressionar o Governo quanto a uma definição das regras eleitorais. Foi suspensa em fins de junho, após um acordo com o PDS. Mas, em agosto, passou a ser utilizada por um único senador — Dirceu Cardoso (PMDB-ES), que é frontalmente contrário aos empréstimos, por

considerá-los inflacionários. Agora, com o novo projeto eleitoral do Governo, a obstrução está sendo utilizada por todos os senadores oposicionistas como uma forma de reação ao projeto eleitoral.

Enquanto o senador Dirceu Cardoso faz obstrução aos projetos de empréstimos por uma questão de princípio, não cedendo nem mesmo aos apelos de prefeitos oposicionistas para que permita a liberação de recursos, os demais membros da Oposição fazem dela um instrumento de pressão política.

Os objetivos sociais a serem atendidos através desses empréstimos não abalam a posição dos senadores. Atualmente, existem mais de 300 projetos tramitando no Senado, e dez por cento deles se destinam à construção de creches, de escolas rurais, de hospitais e de unidades habitacionais populares ou a obras de saneamento básico. Existem outros para controle de inundações e construção de biblioteca.

Um levantamento realizado pelo senador Bernardino Viana, vice-líder do PDS, através de telegramas enviados a 127 municípios, indica que o atendimento aos pedidos de empréstimo resultariam em 239.570 empregos.

## ARGUMENTO

Mas os oposicionistas passaram a usar um argumento para contestar a necessidade de aprovação dos recursos: eles serão utilizados, dizem os oposicionistas, com objetivos eleitoreiros. O senador Mendes Canale (PP-MS), que já foi prefeito duas vezes, afirma que "quem não implementou obras em cinco anos de mandato não o fará em apenas um".

O senador Dirceu Cardoso diz que esses empréstimos são inflacionários, porque colocam muito dinheiro em circulação. Sobre isso, tem uma frase que se tornou conhecida no Senado:

— A guitarra do Senado produz mais dinheiro do que a Casa da Moeda emite oficialmente.

## OS CALCULOS

Segundo ele, beneficiando 50 ou 80 mil brasileiros de um município, esses empréstimos correspondem a uma carga inflacionária para os 120 milhões de brasileiros. Cardoso também tem dúvidas sobre os critérios de aplicação real desses recursos. Diz ele que "50 por cento do dinheiro vão para o plano de aplicação; quanto ao resto, deve-se perguntar aos chefes políticos do PDS espalhados nos Estados para os quais os recursos são liberados".

Os empréstimos que estão à espera de aprovação pelo Senado abrangem, diz Dirceu Cardoso, um total de US\$ 888 milhões, e mais Cr\$ 101 bilhões. E concluiu:

— É uma carga inflacionária de 1.300 cruzeiros para cada brasileiro.

O senador Luiz Cavalcanti (PDS-AL) acha a tese do senador Dirceu Cardoso (um tremendo exagero). Os recursos do Banco Nacional de Habitação — que deverão atender à maioria dos empréstimos — representam, alega Cavalcanti, menos de quatro por cento do orçamento monetário. E o Banco Central aplicou, este ano, um trilhão de cruzeiros, ou seja, três vezes mais do que a emissão de papéis pela Casa da Moeda.

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, entende que o argumento do possível aspecto inflacionário desses projetos não pode ser analisado de forma simples. É necessário, argumenta Passarinho, examinar a aplicação desses recursos, que, em sua maioria, terão um retorno social.

— É possível — pergunta ele — que deixemos morrendo milhões de pessoas por falta de esgotos?

14 DEZ 1981

O GLOBO